

OS ARQUIVOS POLICIAIS E JUDICIÁRIOS: FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA DO SÉCULO XX

João Fábio Bertonha*

Qualquer historiador que trabalha com a história social brasileira tende, desde cedo, a olhar com reservas as forças da polícia, os juízes, os tribunais..., enfim, todo o aparato repressivo que o Estado usa para manter seu poder e fazer prevalecer suas opiniões e desejos no corpo social.

Hoje em dia, porém, é possível ver um ponto positivo - ao menos para nós, historiadores - na ação dessas forças: a conservação de uma memória da história política e social brasileira cujo resgate pode ser muito útil na abordagem de temas ainda pouco conhecidos (ou que mereceriam um reenfoque) da história brasileira do século XX.

Nesse sentido, os acervos mais interessantes são os que integravam os antigos Dops nos diferentes estados da Federação. Tendo surgido, na maioria dos casos, nos anos 20 mas adquirindo consistência nos anos 30, os Dops estaduais funcionaram até 1983, quando foram desativados. Nos anos seguintes, houve um intenso esforço dos arquivos de diferentes estados brasileiros para captar esses acervos. O primeiro a ser liberado foi o de Pernambuco. Já outros arquivos continuam bloqueados e alguns, como o gaúcho, foram destruídos. No fim de 1991, porém, dois dos mais importantes acervos - o paulista e o carioca - foram transferidos para os arquivos estaduais, sendo abertos finalmente a consulta em 1994.

* Doutorando em História Social na Unicamp.

| | | | | |
|------------------------|---------------|------|---------|------|
| HISTÓRIA SOCIAL | Campinas - SP | Nº 2 | 193-195 | 1995 |
|------------------------|---------------|------|---------|------|

O acervo paulista compreende 1,5 milhão de fichas e 200 mil pastas. Já o carioca é um pouco menor. Juntos, formam uma verdadeira montanha de informação, que merece uma atenção toda especial por parte dos historiadores. (Para os interessados em mais informações sobre os arquivos Dops, consultar Aerj (1993); Aerj (1994) e Pimenta (1995).)

O tratamento arquivístico desses acervos parece diferir de estado para estado. No Dops de São Paulo, por exemplo, a principal maneira de recuperar informação até os anos 40 é através dos prontuários individuais, onde se concentram os documentos. Depois de 1940 e especialmente no pós-1964, o Dops se sofisticou e o sistema de coleta de informações se altera, com maior ênfase nas pastas temáticas, dossiês, etc..

Já o Dops do Rio sempre enfatizou mais as pastas temáticas, com os prontuários sendo menos importantes. Também lá, porém, a mudança de regime em 1964 obrigou o órgão a um melhoramento geral em seu sistema de arquivo.

Também o acesso à documentação segue roteiros regionais. O Arquivo do Estado de São Paulo permite o livre acesso de todo o material aos pesquisadores, enquanto o do Rio só permite o trabalho com as pastas temáticas, ficando os prontuários individuais restritos aos mencionados ou suas famílias. É verdade que, no caso do Rio de Janeiro, os prontuários são menos importantes e é claro que a honra dos envolvidos deve ser preservada de calúnias, mas nos parece que a atitude do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro mereceria ser reavaliada pois, afinal de contas, arquivo ao qual não se tem acesso é arquivo morto e, como tal, pouco serve aos historiadores e à sociedade.

Uma listagem dos assuntos que podem receber um novo enfoque via material dos Dops seria longa: espionagem do Eixo no Brasil (inclusive de aspectos pouco conhecidos, como a espionagem italiana e japonesa), todos os tipos de movimentos de esquerda, a Revolução de 1930, o Estado Novo, o Integralismo, partidos políticos em geral, sindicalismo dos anos 80, etc. Claro que o acervo não é imune a falhas e contém muitas informações questionáveis ou de baixa confiança. É, porém, uma verdadeira mina de ouro para o historiador que trabalha com o período entre os anos 30 e 80 deste século e merece ser valorizado.

Deve-se notar, contudo, que, apesar dos arquivos dos Dops estaduais serem fontes ricas e inexploradas, há outros arquivos policiais e judiciários que, apesar de não serem inéditos, também são muito úteis para a história social brasileira deste século merecendo, pois, ser melhor explorados.

Nesse sentido, nos referimos, por exemplo, aos processos de expulsão de estrangeiros e aos processos do Tribunal de Segurança Nacional custodiados pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Vários livros usaram esse material como fontes, mas nossa experiência pessoal com essa documentação revelou potencialidades fantásticas e que ainda não foram suficientemente exploradas. De fato, as informações sobre, por exemplo, trotskistas em ação no Brasil, sobre obscuros grupos “sionistas-marxistas”, como o Brazcor, ou ainda sobre propaganda comunista entre imigrantes lituanos em São Paulo no pré-II Guerra Mundial (com muitos documentos, jornais, panfletos, etc., da mesma forma que no Arquivo Dops, anexados a cada processo) estão lá, atraindo curiosidade e merecendo ser lidas e estudadas.

Para resumir, as fontes policiais e judiciárias são riquíssimas para a história social brasileira. Montanhas de papel aguardam os historiadores interessados em manipulá-las e em desencavar preciosas informações sobre a trajetória política e social do Brasil no século XX.

Bibliografia

Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. 1993. *A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, Arquivo do Estado.

_____. 1994. *Os arquivos das polícias políticas - reflexões de nossa história*

contemporânea, Rio de Janeiro, FAPERJ.

PIMENTA, João Paulo Garrido. 1995. “Os arquivos do Dops/São Paulo: nota preliminar”. *Revista de História*, nº 132. São Paulo, USP.